

Publica **ROLAGEM**

GOVERNO VAI NEGOCIAR CASO A CASO **Acordos em um mês**

09 JUL 1993

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, previu ontem que o governo e os maiores Estados devedores à União fecharão, dentro de um mês, acordos de refinanciamento de suas dívidas. Carvalho revelou que a estratégia do governo é aprofundar as negociações com cada Estado individualmente, sem contar com a aprovação, pelo Congresso, do projeto de lei que define as regras gerais para a rolagem dos débitos.

O secretário observou que a aprovação deste projeto é importante, mas não fundamental para o fechamento dos acordos com os Estados. Segundo Carvalho, as negociações com os maiores devedores está se desenvolvendo rapidamente. Os contatos, segundo o secretário, estão avançados com seis Estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso e Maranhão.



JORNAL DA TARDE

Carvalho reiteirou que o governo só fechará acordos com os Estados que apresentarem garantias reais para casos de inadimplências, como a vinculação de receita tributária própria, ou de repasses dos fundos de participação. O secretário disse também que não vai mais discutir pela imprensa os valores das dívidas dos Estados. "Só vamos bater números na mesa de negociação para não criarmos ruídos e desgastes desnecessários".

Em São Paulo, o governador Luiz Antonio Fleury Filho voltou a acusar os bancos privados credores do Estado de estarem praticando "extorsão" com as altas taxas de juros. Segundo ele, em dois anos o Estado pagou juros da ordem de US\$ 347 milhões, além dos US\$ 481 milhões referentes à rolagem da dívida com a União. "Os juros altos começam a afetar o setor público".

O governador disse que já demonstrou ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, vontade política de alongar o prazo da dívida. "Os títulos federais com o Estado também terão de ser rolados". O Estado deve à União US\$ 1,1 bilhão.

Fleury alegou que não poderá comprometer o orçamento estadual enquanto não souber a porcentagem da dívida que terá de repassar à União. Outra providência importante, segundo o governador, é reduzir os juros. A dívida mobiliária do Estado chega a US\$ 5,4 bilhões. Apenas nos últimos dois anos houve um salto de US\$ 2,4 bilhões. "Não é possível suportar por mais tempo esta situação", concluiu.